

Ciclos políticos eleitorais no Brasil



» BENITO SALOMÃO
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

políticos oportunistas e ciclos políticos partidários (ideológicos). No primeiro grupo, cujo modelo precursor é o de Nordhaus (1975), um político incumbente no governo é interessado em permanecer no cargo e usa os instrumentos clássicos de política monetária e/ou fiscal a fim de influenciar sua probabilidade de ser reconduzido. Em outras palavras, devido ao interesse particular do político, no avizinhamento das eleições é colocada em marcha uma queda na taxa de juros que produz uma expansão do PIB e redução do desemprego, gerando uma herança inflacionária para depois da eleição (quando o político já foi reconduzido). A principal crítica a esse modelo é que, se as expectativas são racionais, na próxima eleição o eleitor é capaz de antecipar o comportamento oportunista.

A segunda família de modelos trata a corrida eleitoral a partir de divergências entre partidos de direita e esquerda quanto a temas relacionados à política econômica. No modelo com expectativas racionais de Alesina (1987), eleitores formulam expectativas de inflação condicionadas à probabilidade de vitória dos partidos de direita ou esquerda. Assume-se que governos de direita são mais avessos à inflação, já os de esquerda são mais afeitos à desempregos menores e, portanto, mais tolerantes à inflação. Como há incerteza sobre quem vencerá as eleições, as expectativas de inflação do público são tratadas como uma média ponderada pela possibilidade de vitória de cada partido.

A consequência disso, em um contexto com expectativas racionais, é que, independentemente de quem vença as eleições, o eleitor racional será surpreendido. Ou seja, como as expectativas são

uma média ponderada, se o partido de esquerda vencer a eleição e implementar o seu programa de governo, a inflação será maior que o esperado e o desemprego mais baixo (ciclo expansivo). Se a eleição for vencida pelo partido de direita, a inflação será menor do que a prevista e o desemprego mais alto (ciclo recessivo).

Repare que, no modelo de Alesina (1987), a força motriz do ciclo é a incerteza sobre o programa de governo que será implementado depois das eleições. Se houvesse convergência ideológica dos partidos de direita e esquerda quanto a temas de política econômica ou, ainda, se a probabilidade de vitória de um dos partidos é muito alta, a incerteza desaparece e, com isso, não haverá ciclo econômico. O inverso é igualmente verdadeiro, eleições com distâncias muito antagônicas entre direita e esquerda sob temas de política econômica e/ou muito apertadas em termos das probabilidades de vitória de cada lado tendem a intensificar o ciclo econômico, tornando-o mais recessivo em caso de vitória da direita, ou mais inflacionário em caso de vitória da esquerda.

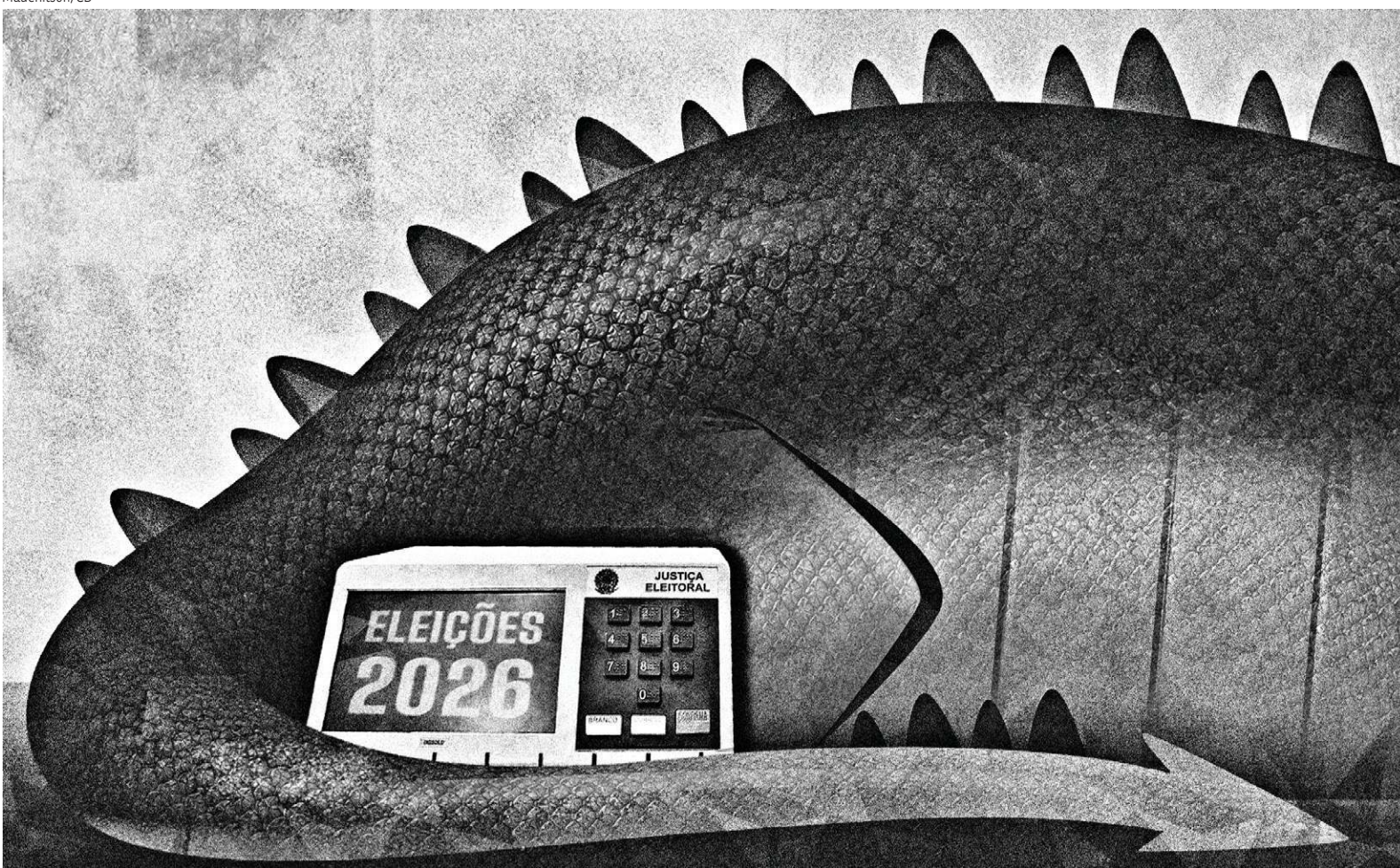
Em suma, a mensagem do modelo é que incertezas causadas pelo processo eleitoral têm consequências sobre o bem-estar. Isso parece ser um tema da maior relevância no Brasil que se avizinha de mais uma eleição, em que as pesquisas indicam uma disputa apertada entre dois grupos com posições bastante distintas sobre temas econômicos. Conhecer as posições dos candidatos quanto aos temas parece ainda mais fundamental no presente contexto em que a inflação descolou novamente da meta e a dívida pública atinge patamares preocupantes. Quais as estratégias dos candidatos para endereçar os problemas reais do país?

O ciclo econômico entendido como uma flutuação no produto e no emprego é um fenômeno “natural” nas economias capitalistas. Nas últimas décadas, houve um grande progresso no tocante à sua identificação. Se a mensuração dos ciclos se tornou algo factível aos economistas, a identificação de suas causas ainda é um ponto de grande controvérsia. Keynes foi o precursor de uma teoria do ciclo causado por flutuações na demanda efetiva. Para os economistas novo-clássicos, da tradição dos ciclos reais, esse é um fenômeno do lado da oferta, causado, entre outras coisas, por choques tecnológicos.

Em meados dos anos de 1970, surgiu na literatura uma nova abordagem que visava explicar o fenômeno, chamada de ciclos políticos eleitorais. Precursores dessa literatura, como William Nordhaus, Douglas Hibbs e Alberto Alesina, entendiam que, em sociedades democráticas, a economia está submetida às instituições políticas como calendários eleitorais e disputas pelo cargo entre o incumbente e a oposição, e que esses elementos explicam resultados econômicos — entre os quais, o próprio ciclo.

Os modelos que se ocupam de teorizar ciclos eleitorais são divididos em dois grupos: ciclos

Mauenilson/CB



Brasília: uma cidade com raízes no Japão



» NOGUCHI YASUSHI
Embaixador do Japão no Brasil

japoneses para diferentes territórios, como o Mato Grosso do Sul e a Amazônia, onde hoje colônias prosperam e se integram à cultura e à economia locais. Mas um momento histórico do processo de integração nipo-brasileiro precisa ser conhecido e lembrado pelos brasileiros: a discreta, porém essencial contribuição japonesa na transferência da capital brasileira para o Planalto Central.

Quando Brasília ainda começava a ganhar forma, o crescimento acelerado da população evidenciou um problema urgente de abastecimento. Seria necessário criar um cinturão verde, capaz de produzir hortaliças, frutas e outros itens essenciais para a alimentação local. Transformar o Cerrado vermelho em uma terra produtiva dentro de um prazo tão curto era um desafio que, dizem, o presidente Juscelino Kubitschek confiava especialmente aos habilidosos e experientes japoneses.

Mas, diferentemente dos primeiros imigrantes que vieram para o Brasil quase 50 anos antes, a chegada desses colaboradores não ocorreria a bordo de um navio. Seria em uma migração interna, de japoneses e descendentes que falavam o idioma local, tinham filhos brasileiros e prosperavam no país. As primeiras famílias que aceitaram o desafio de abastecer a Cidade Livre, onde atualmente é o Núcleo Bandeirante, se estabeleceram inicialmente no Riacho Fundo. Depois, outros nikkeis expandiriam o cinturão verde para locais como Vargem Bonita, Taguatinga e Brazlândia, onde hoje a identidade japonesa é historicamente associada à agricultura.

Destaco como exemplo a Festa do Morango de Brazlândia, que neste ano completa seu 30º

aniversário e teve a importância reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Tive a honra de testemunhar o lançamento, em parceria com a Associação Cultural Jornada Literária do DF, de um Inventário Participativo que, a partir de relatos da comunidade local, imortaliza o legado das famílias pioneiras — entre elas, nikkeis que alimentaram o DF desde o seu nascimento e continuam a fortalecer a agricultura familiar da região.

Para além da produção de alimentos, os filhos e netos desses pioneiros também prosperam em mais diversas áreas, formando uma comunidade estimada em cerca de 30 mil nipo-brasileiros no Distrito Federal. Entre eles, funcionários públicos, professores, médicos, profissionais de destaque em diversas áreas e empreendedores. Há dois anos, a comercial 414/415 da Asa Sul passou a ser oficialmente reconhecida, por lei distrital, como Rua Japonesa, um nome inspirado pelo crescente número de estabelecimentos mantidos por famílias nipo-brasileiras, ou que comercializam os mais variados produtos importados do Japão.

As associações culturais, algumas delas fundadas antes mesmo da inauguração de Brasília, cumprem o importante papel de manter viva na capital a cultura trazida ao país pelos seus ancestrais, com o apoio da comunidade local que aprecia esses costumes. Convido todos os brasilienses a participarem, entre 26 e 28 de junho, da 14ª edição do Festival do Japão de Brasília, um dos maiores do país e que anualmente atrai cerca de 50 mil pessoas em três dias de celebração. Terei grande alegria em participar dessa festa, que não é exclusivamente japonesa nem brasileira: é nipo-brasiliense.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Uma praça para chamar de sua

Há regiões que crescem apenas em número de moradores. Outras crescem em renda, infraestrutura e valorização imobiliária. O Lago Norte, em Brasília, cresceu em tudo isso. Mas há algo essencial que ficou para trás: a criação de um grande espaço de convivência comunitária capaz de reunir seus moradores em torno da vida social, cultural e recreativa da área.

Hoje, o Lago Norte abriga uma população superior a 40 mil habitantes. Trata-se de uma das regiões administrativas com elevados índices de escolaridade e renda do Distrito Federal. Levantamentos recentes apontam renda domiciliar média superior a R\$ 15 mil mensais e mais de 70% dos adultos com ensino superior completo. A população também apresenta forte presença de idosos, ao lado de milhares de crianças e jovens que vivem nas diversas quadras, condomínios e setores habitacionais da região. São números que revelam uma comunidade consolidada, madura e economicamente relevante para o DF. Uma população que paga elevados impostos, contribui para a arrecadação pública e ajuda a sustentar boa parte da economia local.

Mas basta observar a rotina do bairro para perceber um paradoxo. Apesar de toda sua pujança econômica, o Lago Norte não possui um verdadeiro centro de convivência comunitária. Não há um local amplo, público e permanente em que moradores possam encontrar amigos, participar de atividades culturais, assistir a apresentações artísticas, frequentar cursos, praticar esportes, caminhar em segurança ou simplesmente conviver. Os encontros acabam migrando para os shopping centers, restaurantes e bares. São opções legítimas, mas que dependem do consumo como condição de permanência. Quem deseja apenas passear, conversar ou participar da vida comunitária encontra poucas alternativas. O resultado é uma espécie de isolamento social silencioso. As pessoas moram próximas, mas convivem pouco. Conhecem os vizinhos de vista, mas raramente compartilham experiências coletivas.

A situação chama ainda mais atenção porque o Lago Norte possui características únicas dentro de Brasília. Poucas regiões dispõem de tanta área verde, proximidade com o Lago Paranoá, qualidade urbanística e potencial paisagístico. Em teoria, poderia ser um dos melhores lugares da capital para desenvolver um modelo moderno de convivência urbana, capaz de integrar diferentes gerações em torno de atividades culturais, esportivas e recreativas. É justamente nesse contexto que ressurgiu a discussão sobre o futuro do antigo Clube do Congresso.

Localizado em uma área privilegiada e pertencente à União, o espaço tem dimensões, estrutura e localização capazes de transformá-lo em algo muito maior do que um clube tradicional. Sua vocação natural talvez já não seja servir a um grupo restrito de associados, mas tornar-se um equipamento público voltado para toda a comunidade. A ideia de transformá-lo em um Clube de Unidade de Vizinhança merece ser debatida com seriedade. O conceito não é novo. Diversas cidades ao redor do mundo investiram em centros comunitários multifuncionais que reúnem bibliotecas, auditórios, espaços esportivos, áreas para idosos, atividades infantis, cursos profissionalizantes e programação cultural permanente. São locais onde a população encontra não apenas lazer, mas também pertencimento.

Em um bairro onde vivem milhares de aposentados, profissionais liberais, servidores públicos, estudantes e famílias jovens, um equipamento dessa natureza teria enorme potencial de utilização. Os idosos encontrariam espaços adequados para atividades físicas, convivência e prevenção do isolamento social. As crianças teriam acesso a atividades educativas e esportivas. Os jovens poderiam participar de oficinas culturais, eventos e programas de formação. As famílias ganhariam um ponto permanente de encontro. Mais do que isso, o próprio Lago Norte passaria a ter uma identidade comunitária mais forte.

Brasília nasceu sob a inspiração das chamadas Unidades de Vizinhança, conceito urbanístico que previa escolas, comércio, áreas verdes e equipamentos públicos capazes de fortalecer os laços sociais. Em muitos aspectos, esse ideal perdeu força ao longo das décadas. Recuperá-lo seria, de certa forma, resgatar uma das ideias mais interessantes presentes no projeto original da capital. A proximidade das eleições distritais oferece uma oportunidade rara para colocar essa discussão na agenda pública. Os candidatos costumam falar de trânsito, segurança e obras viárias. São temas importantes, mas a qualidade de vida também depende da existência de espaços que permitam às pessoas viver a cidade para além do deslocamento entre casa e trabalho.

Em tempos em que as relações humanas se tornam cada vez mais virtuais e fragmentadas, investir em espaços reais de convivência pode ser uma das políticas públicas mais inteligentes que uma cidade pode adotar. Falta apenas vontade política para transformar esse potencial em realidade.

A frase que foi pronunciada:

“Mais de uma década de rezoneamentos em toda a cidade, especulação imobiliária e guerras de lances corporativos por espaços comerciais disponíveis criou um habitat darwiniano onde o varejo corporativo prolifera e onde os pequenos comércios familiares se tornaram uma espécie em extinção.”

Alessandro Busà

História de Brasília

Agora, as notícias: o Ministério da Educação autorizou o Tesouro a liberar 610 milhões para serem utilizados pela Fundação Educacional. (Publicado em 20/5/1962)